

ANDERSON CORTEZ MENDES

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Graduado, mestre e doutorando pela Faculdade de Direito da Universidade
de São Paulo. Professor Assistente do Curso de Especialização em Direito
Processual Civil da Escola Paulista da Magistratura.

SOBRE OS LIMITES OBJETIVOS DA APELAÇÃO CIVIL

GZ
EDITORA

Rio de Janeiro
2021

1ª edição - 2021

© Copyright
Anderson Cortez Mendes

Presidente do Conselho Editorial
Nelson Nery Costa

Diagramação
Olga Martins

CIP - Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M49s

Sobre os limites objetivos da apelação civil / Anderson Cortez Mendes. -
1. ed. - Rio de Janeiro: GZ, 2021.
266 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5813-022-2

1. Direito civil - Brasil. 2. Processo civil - Brasil. 3. Apelação (Processo civil)
- Brasil. I. Título.

21-70407

CDU: 347.956(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator; nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
GZ EDITORA

contato@editoragz.com.br
www.editoragz.com.br

Av. Erasmo Braga, 299 - sala 202 - 2º andar - Castelo - RJ
CEP: 20020-000 - Rio de Janeiro - RJ
Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 - Fax: (0XX21) 2240-1511

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	IX
Introdução.....	1

1

PREMISSAS

1.1. Conteúdo e status do duplo grau de jurisdição.....	3
1.2. Demanda.....	13
1.2.1. Causa de pedir.....	22
1.2.2. Pedido.....	32
1.3. Estabilização dos elementos objetivos da demanda.....	42
1.4. O mérito e o objeto do processo civil.....	47
1.5. Princípio dispositivo e matérias cognoscíveis de ofício.....	56
1.6. Provimentos jurisdicionais e seus capítulos.....	65
1.7. Preclusão e coisa julgada.....	74

2

O RECURSO DE APELAÇÃO CIVIL

2.1. Conceito.....	83
2.2. Natureza e funções.....	87
2.3. Hipóteses de cabimento e requisitos de admissibilidade.....	95
2.4. A causa de pedir e o pedido na apelação.....	109
2.5. O mérito e o objeto do processo na apelação.....	113
2.6. A manutenção da ineficácia da sentença (“efeito suspensivo”) e outros “efeitos” da apelação.....	117
2.7. O agravo de instrumento contra as decisões parciais terminativas e de mérito.....	131

3

A DEVOLUÇÃO NA APELAÇÃO

3.1. Extensão.....	139
3.1.1. Apelação e capítulos da sentença.....	140
3.1.2. Aplicação da teoria da causa madura no segundo grau de jurisdição.....	149
3.1.2.1. Apelação contra sentença terminativa e contra a sentença que reconhece a prescrição ou a decadência.....	161
3.1.2.2. Apelação contra sentença nula.....	163
3.2. Profundidade.....	172
3.2.1. Matéria impugnada.....	173

3.2.2. Questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha conhecido por inteiro; fundamentos do pedido ou da defesa, embora acolhido em primeiro grau de jurisdição apenas um deles.	176
3.2.3 . Matérias cognoscíveis de ofício na apelação civil	184
3.2.4. Questões anteriores à sentença, decididas ou não	189
3.3. <i>Reformatio in peius</i>	195
3.4. Honorários de sucumbência em grau recursal.....	201
3.5. A aplicação de sanções processuais pelo órgão recursal	206

4

A SUPERVENIÊNCIA NA APELAÇÃO

4.1. Fato novo, fato superveniente e direito superveniente.....	213
4.2. Fato novo, fato superveniente e direito superveniente no segundo grau de jurisdição.....	225
CONCLUSÃO	233
BIBLIOGRAFIA	237